

Reforma dá mais estabilidade ao Governo

Tarcísio Holanda

O Governo conseguiu adensar sua base de apoio político com as recentes nomeações de novos ministros — todos figuras experientes da administração e da política. Esta é uma constatação que fazem tanto o ministro Jorge Bornhausen, quanto os líderes governistas no Senado e na Câmara — senador Marco Maciel e deputado Luís Eduardo Magalhães e Humberto Souto.

Houve a reação do PDS à escolha pessoal do Presidente da República para o Ministério das Minas e Energia — que recaiu “por coincidência”, no ex-ministro da Indústria e do Comércio e ex-deputado do PDS gaúcho (agora primeiro suplente de deputado do mesmo partido) Pratini de Moraes. Mas é um problema que o Governo tem condições de remover, fazendo as lideranças do PDS assimilá-lo, a curto prazo.

Falta a folga — Como reconhece o senador Marco Maciel, o Governo conseguiu “adensar sua base de apoio”, ou seja, estabilizar a sua sustentação político-parlamentar — sem que isso signifique ter logrado obter a maioria absoluta, que lhe colocaria indiscutivelmente em posição de força nas duas Casas do Congresso.

A estabilização dessa base de apoio já representa um grande avanço, fruto das primeiras alterações que o Presidente promoveu em seu Governo, ao escolher o ex-senador Jorge Bornhausen para assumir a coordenação política. Bornhausen é um político que inspira confiança e conhece o

seu duro ofício, como poucos, além de ter trânsito fácil em todas as correntes de opinião.

A situação do ministro-chefe da Secretaria de Governo não é tranquila. Ele mesmo admitiu, em almoço com a bancada do PFL, quinta-feira, no apartamento do senador Marco Maciel, que a sua principal missão é conseguir a maioria absoluta de que o Governo precisa para garantir a aprovação das chamadas propostas modernizadoras, que mexem em muitos interesses estabelecidos. Bornhausen desabafou: se até junho, não conseguir essa maioria absoluta, “pedirá o boné”. Ele sabe que a atual correlação de forças ainda é relativamente precária, apesar dos progressos obtidos.

Não por sua culpa, foi vão todo o esforço, pois a direção do PSDB negou-se a assumir a responsabilidade por um acordo que poderia implodir o partido, literalmente. Enquanto prossegue nas conversações com os tucanos, procurou conseguir a boa vontade do partido para aprovar proposições que se conciliem com a sua posição programática. Bornhausen terá de ir pensando em conseguir a folga de que precisa para que o Governo conquiste posição de força para garantir a aprovação de suas propostas polêmicas.

Quando declara que o Governo conta com 252 deputados e 38 senadores, Jorge Bornhausen mostra que fez as contas direitinho. Porém, ele mesmo sabe que esta é uma soma apenas formal, pois não raro ocorrem desfecções em votações em plenário, tanto

na Câmara quanto no Senado. As maioria se formam de acordo com cada matéria que é colocada em votação, verificando-se surpresas em todas elas.

Assim mesmo, lá estão os 252 votos somados pelo ministro-chefe da Secretaria de Governo: os 125 do Bloco (PFL-PRN-PSC), mais 41 do PDS, 31 do PTB, 19 do PDC, 19 do PL, 15 do PTR e mais o deputado João Alves, que ficou sem partido quando deixou o PFL em protesto contra a sua retirada sumária do cargo de relator-geral da Comissão de Orçamento (cargo no qual foi substituído por Ricardo Fiúza).

No Senado, o Governo conta com 38 senadores — os 17 do PFL, mais oito do PTB, cinco do PRN, quatro do PDC e quatro do PDS. Formalmente, e apenas formalmente, as oposições parecem deter a maioria absoluta, se contarmos os seus 43 votos — 27 do PMDB, nove do PSDB, cinco do PDT, um do PSB e um do PT. Acontece que, em toda votação na qual realmente se empenha, o Governo consegue produzir consideráveis baixas nas oposições, incluindo o PMDB e, por vezes, o PDT de Brizola.

Pela facilidade que tem de montar maioria no Senado, como demonstrou quando derrubou a Emenda Richa, que antecipava o plebiscito de 7 de setembro de 1993 para 21 de abril deste ano, o Governo tem nesta Casa condições de neutralizar qualquer ação oposicionista que tenha passado na Câmara dos Deputados.